



Relação entre as Características do Comitê de Auditoria e o Atraso da Emissão do Relatório da Auditoria Independente (Audit Delay)

Relationship between Audit Committee Characteristics and Audit Delay

Paulo Roberto da Cunha¹, Larissa de Oliveira Lunelli², Vanderlei dos Santos³, Dinorá Baldo de Faveri⁴, Moacir Manoel Rodrigues Júnior⁵

RESUMO

O atraso na entrega do parecer de auditoria externa é denominado na literatura de *audit delay* ou *audit report lag*. A literatura destaca que quanto maior o atraso deste parecer de auditoria, pior para a empresa, pois pode sinalizar a existência de problemas na qualidade das informações contábeis. Neste sentido, o artigo objetiva verificar a relação entre as características do comitê de auditoria (CA) e o *audit delay* (AD). As características do comitê de auditoria analisadas foram o tamanho, independência e *expertise*. Também foram utilizadas variáveis relacionadas à empresa auditada e a firma de auditoria. A amostra resultou em 95 empresas listadas na BM&FBovespa que possuem comitê de auditoria e que continham todas as informações das variáveis utilizadas. Os resultados indicam relação inversa entre as características do comitê de auditoria com o AD. Isto indica que quanto maior o comitê de auditoria e maior o número de membros independentes e com conhecimento em finanças, contabilidade e auditoria, menor será o prazo de entrega do parecer de auditoria independente. Constatou-se ainda que as características da empresa auditada (tamanho, nível de governança corporativa e endividamento) e da firma de auditoria (tamanho e honorários) não possuem uma relação forte com o AD, mesmo mostrando-se positiva.

Palavras-chave: Comitê de auditoria; Atraso de emissão do relatório; Características do comitê de auditoria.

ABSTRACT

Delay in the publication of the audit opinion is referred to in the literature as audit delay or audit report lag. The literature points out that the longer the delay in release of the audit opinion, the worse for companies, as it may signal the existence of problems in the quality of financial reporting. This study investigates the relationship between audit committee characteristics (CA) and audit delay (AD). The audit committee characteristics analyzed were size, independence and expertise. In addition, variables related to the audited company and

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau – FURB – e professor da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 202, Victor Konder, CEP 89012-900, Blumenau, Santa Catarina, Brasil. - pauloccsa@furb.br

² Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – Ibirama, Santa Catarina, Brasil. - laryssa.de_oliveira@hotmail.com

³ Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – e doutorando do PPGC da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. - vanderleidosantos09@gmail.com

⁴ Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – Ibirama, Santa Catarina, Brasil. - dinora.faveri@udesc.br

⁵ Universidade Regional de Blumenau – FURB – Blumenau, Santa Catarina, Brasil. - moacir_ro@hotmail.com

the auditing firm were considered in the analysis. The sample was made up of 95 companies listed on BM&FBovespa that have an audit committee and for which information was available on all the variables of interest. Findings indicate an inverse relationship between audit committee characteristics and AD. This indicates that the larger the audit committee and the greater the number of independent members with knowledge of finance, accounting and auditing, the shorter the delivery time of the independent audit opinion. It was also found that relationship between AD and the characteristics of the audited company (size, level of corporate governance and debt) and of the audit firm (size and fees), although positive is not strong.

Keywords: *Audit committee; Audit delay; Audit committee characteristics.*

1 INTRODUÇÃO

A Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle (Índice Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC], 2009a). A preocupação da governança corporativa consiste em criar um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento dos executivos esteja alinhado com o interesse dos acionistas (Viana, 2010).

A criação destes mecanismos decorre do que preconiza a Teoria da Agência em que o Principal (acionista/investidor) delega funções ao Agente (gestor). Jensen e Meckling (1976) definem uma relação de agência como um contrato exercido por uma ou mais pessoas, denominado de principal, sobre outra pessoa, denominado de agente, onde neste contexto, o principal delega ao agente, poderes para tomar decisões. Devido ao agente possuir, ao mesmo tempo, poderes para tomar decisões e informações privilegiadas que não estão disponíveis para o principal (assimetria informacional), há certa tendência de o agente agir em benefício próprio e não do principal.

Com o intuito de minimizar os conflitos de agência, o principal necessita incorrer em custos denominados custos de agência, para poder ter um maior controle a respeito das decisões tomadas pelo agente (Jensen & Meckling, 1976). A Governança Corporativa pode ser entendida então como um sistema que estabelece diretriz a fim de regular a relação entre proprietário e administradores/gestores, diminuindo assim a assimetria informacional (Viana, 2010).

O IBGC (2009a) menciona que o conselho de administração se constitui no principal órgão de governança por ser responsável pelo processo de gestão da organização no que se refere ao direcionamento estratégico da empresa. Menciona ainda que é um órgão de elo entre a propriedade e a gestão para orientar e supervisionar a relação da gestão com as demais partes interessadas, pois recebe poderes dos sócios ou acionistas e presta conta a eles. Dentre as atribuições delegadas ao conselho de administração, tem-se a discussão, aprovação e monitoramento de decisões relacionadas às práticas de Governança Corporativa.

O Conselho de Administração pode constituir diversos comitês para auxiliar as tomadas de decisões e descentralizar alguns pontos da gestão. Dentre os comitês que podem ser criados pelo Conselho de Administração está o Comitê de Auditoria. Este órgão é criado para tratar de assuntos referentes à auditoria externa, gestão de riscos, avaliação do controle interno e elaborar demonstrações financeiras transparentes revestidas de maior confiabilidade.

O comitê de auditoria é uma importante fonte de controle dentro da estrutura de governança corporativa da empresa. Souza (2010) comenta que o comitê de auditoria é um dos comitês que servem de apoio ao Conselho de administração, que tem por finalidade, entre outras, compreender e aprofundar temas empresariais e cooperar como intermediário informacional dos conselheiros e executivos. O comitê de auditoria possui características que contribuem para as melhores práticas de Governança Corporativa, como a independência, a *expertise* e o tamanho do comitê.

Uma função específica que compete ao comitê de auditoria é a seleção e o monitoramento dos trabalhos da auditoria externa. Neste acompanhamento insere-se a discussão dos resultados da auditoria, as recomendações sugeridas pelos auditores, bem como o atendimento aos aspectos apontados para que o objetivo final seja a obtenção de um relatório das demonstrações contábeis não modificado, ou seja, sem ressalvas.

Após analisar as demonstrações da empresa e reunir evidências suficientes para sustentar sua opinião de forma segura e imparcial, o auditor está apto a elaborar o seu parecer de auditoria. O período entre o fechamento do exercício social e a data da entrega do parecer do auditor é denominado de *audit delay* (Apadore & Noor, 2013; Ashton, Willingham & Elliott, 1987; Krishnan & Yang, 2009; Pereira & Costa, 2012).

De acordo com Ashton *et al.* (1987), existem alguns fatores que são determinantes para o atraso do parecer de auditoria, como por exemplo, o tamanho da empresa e o tipo de parecer que é emitido pelo auditor. Pereira e Costa (2012) pesquisaram sobre este interstício temporal entre a data de fechamento e a data de emissão do parecer, denominado *audit delay*, em que observaram que há uma relação positiva entre o tipo de parecer emitido pelo auditor e o *audit delay*. Assim, quanto maior o *audit delay*, pior para a empresa, pois isto demonstra que a empresa possui problemas em suas demonstrações contábeis e por isso da demora em os auditores externos entregam os seus pareceres a respeito das demonstrações financeiras (Pereira, 2011).

Considerando-se que o comitê de auditoria é um órgão do conselho de administração que visa garantir transparência e fidedignidade das demonstrações contábeis e que possui características de boas práticas de governança corporativa (tamanho, independência e *expertise*), elabora-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual a relação entre as características do comitê de auditoria com o *audit delay*?** Dessa forma, o objetivo do artigo é verificar a relação das características do comitê de auditoria com o *audit delay*.

A justificativa do artigo pode ser definida sobre três aspectos: teórico, empírico e social. Quanto ao aspecto teórico, o artigo contribui por não haver pesquisas no Brasil que relacionem as características do comitê de auditoria e o *audit delay*. Dessa forma, o estudo mostra-se inédito e relevante ao contribuir na discussão sobre a temática Governança Corporativa, especificamente no Comitê de Auditoria, e relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, discutidos a partir da ótica dos custos de monitoramento abordados na Teoria da Agência.

Em relação à contribuição empírica, o trabalho pode auxiliar as empresas a estruturar o seu comitê de auditoria de maneira mais eficiente, uma vez que esta pesquisa elenca as características do comitê de auditoria que interferem nas melhores práticas de governança corporativa, que por sua vez, implicam em demonstrações contábeis com maior qualidade e consequentemente na redução do *audit delay*. Alinha-se o destaque atribuído ao comitê de auditoria por meio da Instrução Normativa (IN) 509 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de novembro de 2011, em que se estabelece o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) para as empresas de capital aberto. As empresas que instalarem e mantiverem o comitê de

auditoria estatutário poderão contratar auditoria independente para um prazo de dez anos consecutivos. A IN 509 de novembro de 2011 aborda itens sobre as funções e as obrigações do comitê de auditoria estatutário, sua composição, requisitos de independência e *expertise* dos integrantes do CAE.

No aspecto social, considera-se oportuna a discussão da temática para investidores que poderão analisar não somente as demonstrações contábeis das empresas, mas também as características do comitê de auditoria como suporte adicional na decisão de escolha de seus investimentos. No Brasil, pesquisas que tratam sobre o *audit delay* são esparsas, o que torna imperativo o desenvolvimento deste campo de investigação, principalmente por sua utilidade potencial para a melhoria das relações entre investidores e organizações e por sua contribuição à qualidade das demonstrações financeiras. Este cenário, mesmo em âmbito internacional, evidencia a existência de uma lacuna de pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Características do comitê de auditoria

O comitê de auditoria é um órgão da Governança Corporativa, constituído por membros do conselho de administração, que age em nome deste no sentido de operacionalizar os deveres e responsabilidades da função de supervisão da gestão dos processos internos, e na asseguarção da integridade e efetividade dos controles internos para a produção de relatórios financeiros, visando proteger interesses de acionistas e outras partes interessadas. (IBGC, 2009b).

Conforme a Price Waterhouse Coopers [PWC] (2007), o comitê de auditoria deve possuir algumas características para ser considerado eficiente e conseguir cumprir de maneira fidedigna e imparcial as suas funções na empresa. Dentre estas características, destaca-se na literatura o tamanho (DeZoort, Hermanson, Archambeault & Reed, 2002; Kent, Routledge & Stewar, 2010; Yang & Krishnan, 2005), a independência (Abbott, Park & Parker, 2000; Bronson *et al.*, 2009; IBGC, 2009b; Kent *et al.*, 2010; Klein, 2002; Krishnan, 2005; Vlaminck & Sarens, 2012) e a expertise (BRC, 1999; Carcello, Hollingsworth & Neal, 2006; Defond, Hann & Hu, 2008; IBGC, 2009b; McDaniel, Katiko, Khan, Deuede & McLean, 2002;).

Quanto à característica Tamanho do comitê de auditoria, DeZoort *et al.* (2002) postulam que dentre os recursos necessários para se ter um comitê de auditoria eficaz, incluíse um número suficiente de membros que gere um debate substantivo e que trate de questões emergentes como o acesso à gestão, auditores externos e auditores internos. A IN CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, determina que o comitê de auditoria seja composto por no mínimo três membros, sendo um não executivo pertencente ao conselho de Administração e a maioria independente. Estes membros são indicados pelo Conselho de Administração e permanecerão no cargo pelo prazo máximo de dez anos.

Kent *et al.* (2010) verificaram a relação de mecanismos de governança corporativa com a qualidade da informação contábil. A amostragem inicial continha 900 empresas listadas na bolsa australiana no ano de 2004, que resultou em uma amostra final de 392 empresas. Os resultados apontaram que, entre outras práticas de governança corporativa, o tamanho do comitê de auditoria está positivamente relacionado com a qualidade da informação financeira.

Yang e Krishnan (2005) pesquisaram a respeito da relação das características do comitê de auditoria com o gerenciamento de resultados e a qualidade da informação financeira de empresas norte-americanas de capital aberto. Os resultados apresentaram uma

relação inversa entre o tamanho do comitê e o gerenciamento de resultados, ou seja, quanto maior o tamanho do comitê de auditoria menor as chances de os gestores gerenciarem os resultados. Logo, se há diminuição do gerenciamento de resultados há também, por consequência, melhora na qualidade da informação transmitida aos usuários.

A característica Independência do comitê de auditoria também é considerada boa prática de governança corporativa. De acordo com o IBGC (2009b), os membros do comitê de auditoria devem ser independentes, ou pelo menos a maioria deles. A independência dos membros do comitê de auditoria tem influência na capacidade deste emitir ou expressar opinião imparcial a respeito das demonstrações financeiras, bem como do trabalho dos gestores.

A Independência do comitê de auditoria é uma variável recorrente em pesquisas acadêmicas. Klein (2002) constatou que quanto maior a quantidade de membros independentes que integram o comitê de auditoria, maior é a qualidade das informações contábeis. Goodwin (2003) analisou separadamente a influência da independência e a experiência financeira dos membros do comitê de auditoria relacionados com as funções da auditoria interna. Krishnan (2005) utilizou a variável independência dos membros do comitê de auditoria ao estudar a associação da qualidade do comitê com o controle interno das empresas.

Por fim, a terceira característica analisada é a *Expertise*. De acordo com o IBGC (2009b), a composição de um comitê de auditoria deve possuir a maioria dos seus membros ou pelo menos um deles com *expertise* na área de Contabilidade, Auditoria e/ou Finanças, sendo que estes apresentem conhecimento adequado a respeito dos princípios contábeis, demonstrações financeiras e procedimentos usuais de auditoria. Essa figura de especialista financeiro é tão importante que as bolsas norte-americanas NYSE e NASDAQ exigem das empresas brasileiras que estão listadas, que estas informem em seu relatório financeiro anual, a presença ou não de especialista financeiro, independente se a empresa optou por comitê de auditoria ou conselho fiscal adaptado.

DeZoort e Salterio (2001) investigaram se a experiência dos membros do comitê de auditoria e o conhecimento em demonstrações financeiras afetam suas decisões em situações de conflito entre o auditor independente e a gestão. DeFond *et al.* (2008) verificaram a reação do mercado quando são nomeados novos membros do Comitê de Auditoria, constatando que o mercado responde positivamente apenas quando os membros têm conhecimento em auditoria e especialidade contábil.

2.2 *Audit delay*

De acordo com Pereira (2011), o *audit delay*, também conhecido como *audit report lag* consiste no período entre a data final das demonstrações contábeis e a data de entrega do parecer de auditoria independente. Pereira (2011, p.19) menciona que “se o *audit delay* é elevado, é possível que a percepção de risco de informação de desempenho piore para as companhias e as firmas. Investidores podem vender as ações ou exigir uma remuneração maior. Conselheiros de administração encarregados da avaliação dos auditores podem ficar inclinados a adotar práticas discricionárias para a troca do auditor”.

Um *audit delay* alto pode indicar que a empresa apresenta problemas em suas demonstrações contábeis, o que incorre na demora da entrega do parecer dos auditores independentes. Os controles internos são observados como um fator responsável por esse atraso do parecer de auditoria (Munsif, Raghunandan & Rama, 2012), podendo comprometer

a continuidade do contrato do auditor com o cliente, por ocasionais prejuízos advindos pelo *delay* (Mande & Son, 2011).

Para Lai e Cheuck (2005), o *audit delay* tem se tornado um assunto instigante para muitos pesquisadores. Segundo os autores, há curiosidade de identificar e verificar os determinantes do atraso do parecer de auditoria. Os autores citam como exemplo Courtis (1976) que encontrou uma relação inversa entre o *audit delay* e o tamanho da empresa e o *audit delay* e empresas do setor financeiro.

No Brasil, Pereira e Costa (2012) realizaram um estudo para identificar os determinantes no atraso do parecer de auditoria externa (*audit delay*) das empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo no período de 1999 a 2008. Os autores encontraram que a emissão de parecer com ressalva, a divulgação de prejuízos e a adoção dos padrões contábeis internacionais estão relacionadas com o atraso do parecer de auditoria externa.

Em âmbito internacional, Hossain e Taylor (1998) elaboraram um estudo com objetivo de verificar o tempo de atraso do parecer de auditoria e a relação entre atributos corporativos com o *audit delay*. Foram selecionadas 103 empresas que pertencem a uma região em desenvolvimento do Paquistão. Os autores verificaram um intervalo de atraso na entrega do parecer de auditoria que varia de 30 dias (período mínimo) para 249 dias (período máximo). Os autores utilizaram o método de regressão linear e constataram apenas uma relação positiva entre empresas subsidiárias de multinacionais e o *audit delay*.

Afify (2009) buscou analisar os impactos da governança corporativa no atraso do parecer da auditoria externa, numa amostra composta por 85 empresas egípcias do ano de 2007. Os resultados indicam que a independência e dualidade do conselho de administração e a presença de um comitê de auditoria afetam significativamente o prazo de entrega do parecer de auditoria externa.

Al-Ajmi (2008) verificou os determinantes para o atraso no parecer de auditoria externo em uma amostra de 231 empresas financeiras e não financeiras listadas na *Barém Stock Exchange* (BSE). Com o estudo, pode-se observar uma relação positiva entre as características da empresa auditada (tamanho, rentabilidade e alavancagem) com o *audit delay*. Não foi identificada relação entre o atraso do parecer de auditoria externa com o tamanho da firma de auditoria.

Mohamad-Nor, Rohami e Wan-Hussin (2010) investigaram o atraso do relatório de auditoria em empresas listadas na Malásia, com dados de 628 relatórios de empresas referentes ao ano de 2002. Os resultados evidenciam que comitês de auditoria atuantes reduzem o atraso da emissão do parecer de auditoria.

Oladipupo (2011) realizou uma pesquisa com o intuito de responder por que há atrasos na entrega dos pareceres de auditoria. O autor utilizou uma amostra composta por 40 empresas listadas na Bolsa da Nigéria no ano de 2008 e analisou a relação entre as características da empresa auditada (tamanho, dívida, patrimônio líquido, rentabilidade, honorários de auditoria e classificação setorial) e o *audit delay*. Os resultados apontam para todas estas variáveis uma relação significativa com o atraso de auditoria (*audit delay*).

Habib & Bhuiyan (2011) realizaram uma análise do atraso de auditoria em empresas da Nova Zelândia no período de 2004 a 2008, comparando-se auditores especializados e não especializados no setor auditado. O resultado indica que o *delay* é menor para as empresas auditadas por auditores especializados, e que a adoção do padrão IFRS aumentou esse atraso para todos os auditores, exceto para os auditores especializados.

Também na Malásia, Wan-Hussin e Bamahros (2013) investigaram a associação entre as atribuições da função de auditoria interna e o *audit delay*. Os resultados indicam nenhuma

associação significativa entre os mecanismos de função de auditoria interna e o *audit delay*. Também o estudo não encontrou que maior independência do comitê de auditoria pode reduzir o *audit delay*.

Observa-se que, embora se apresentem estudos acerca do *audit delay*, verifica-se que há possibilidades de avanço de investigações acerca do tema, com maiores possibilidades no cenário nacional.

3 METODOLOGIA

A pesquisa delinea-se como descritiva, com uma abordagem quantitativa e documental como procedimento de coleta de dados. A população é constituída por 442 empresas listadas na BM&FBovespa, separadas pelo nível de governança corporativa, sendo: 261 no Tradicional, 33 Nível 1, 18 Nível 2, 127 Novo Mercado, 3 Bovespa Mais.

A amostra é não probabilista e intencional por selecionar apenas as empresas listadas na BM&FBovespa que possuem comitê de auditoria. Dessa forma, a amostra final é composta por 95 empresas sendo: 19 Tradicional, 12 Nível 1, 11 Nível 2, 52 Novo Mercado, e 1 Bovespa Mais. A Tabela 1 demonstra a amostra segregada também pelo setor de atuação.

Tabela 1 – Número de empresas por setor de atuação selecionadas para análise no período de 2012

Setor de atuação	Nível de Governança Corporativa (NGC)					Quantidade	% de participação
	1	2	3	4	5		
Bens industriais	1	0	2	3	0	6	6,2%
Construção e transporte	0	0	1	9	0	10	10,4%
Consumo cíclico	0	0	0	4	0	4	4,1%
Consumo não cíclico	1	0	0	16	0	17	17,5%
Financeiros e outros	8	7	5	5	0	25	25,8%
Materiais básicos	1	2	0	5	0	8	9,4%
Petróleo, gás e biocombustível	1	0	0	3	0	4	4,1%
Tecnologia da informação	1	0	0	2	0	3	3,0%
Telecomunicação	2	0	0	1	0	3	4,1%
Utilidade pública	4	3	3	4	1	15	15,4%
TOTAL	19	12	11	52	1	95	
% por NGC	21%	13%	11%	54%	1%	100%	

Legenda: 1= Tradicional; 2= Nível 1; 3= Nível 2; 4= Novo Mercado; e 5= Bovespa Mais

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 1, que a maioria das empresas está enquadrada no Novo Mercado, quanto ao nível de governança corporativa (54%), sendo que o setor que possui maior número de empresas enquadradas neste segmento é o Consumo não cíclico, que possui 16 das 17 empresas listadas no Novo Mercado. O setor de atuação que comporta o maior número de empresas é o “financeiro e outros” (25,8%) com 25 empresas, seguido do setor Utilidade Pública (15,4%) com 15 empresas.

3.1 Constructo

Martins e Theóphilo (2007, p. 35) descrevem que “para explorar empiricamente um conceito teórico, o pesquisador precisa traduzir a assertiva genérica do conceito em uma relação com o mundo real, baseado em variáveis e fenômenos observáveis e mensuráveis”,

para isso os autores orientam que seja elaborado um *constructo* e que este seja operacionalizado.

A relação das características do comitê de auditoria e o *audit delay* foi mensurada utilizando-se das variáveis expostas no *constructo* da pesquisa, conforme elucidado nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 – Constructo das características do comitê de auditoria

Variável	Subvariável	Como medir	Autores
Características do comitê de auditoria	Tamanho	Quantidade de membros que compõem o comitê de auditoria.	Comissão de Valores Mobiliários [CVM] (2011); IBGC (2009b); Kent <i>et al.</i> (2010); PWC (2007); Xie, Davidson e Dadalt (2003); Yang e Krishnan (2005).
	Independência	Quantidade de membros independentes no comitê de auditoria.	CVM (2011); IBGC (2009b); Klein (2002).
	<i>Expertise</i>	Quantidade de membros com conhecimento em contabilidade, auditoria e finanças.	CVM, (2011); Deloitte (2013); IBGC (2009b); Zhang, Zhou e Zhou (2007).
<i>Audit Delay</i>		Número de dias entre o encerramento de exercício e a data do parecer de auditoria independente.	Afify (2009); Al-Ajmi (2008); Hossain e Taylor (1998); Pereira e Costa (2012).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Além das características do comitê de auditoria, foram utilizadas variáveis relacionadas à empresa auditada e à firma de auditoria, como forma de complementar a análise de fatores que possam ter relação com o *audit delay*. A Tabela 3 demonstra o *constructo* destas variáveis.

Tabela 3 – Constructo das variáveis da empresa auditada e da firma de auditoria

Variável	Subvariável	Como medir	Autores
Características da empresa auditada	Tamanho da empresa auditada	Log do total do ativo.	Nazri, Smith e Ismail, (2012); Tang, Du e Hou, (2013).
	Nível de Governança Corporativa	Mercado Tradicional = 1; Nível 1 = 2; Nível 2 = 3; Novo Mercado = 4; Bovespa Mais = 5.	Lopes e Walker (2008); Teixeira (2010).
	Endividamento	Passivo Total / Ativo total	Alkhatib e Marji (2012), Ika e Ghazali (2012).
Características da firma de auditoria	Tamanho da Firma	Se Big <i>Four</i> = 1 senão 0.	DeAngelo (1981); Ireland (2003); Leventis e Caramanis (2005).
	Honorários	Log do valor dos honorários de auditoria.	Hope e Langli (2010); Camargo (2012); Camargo <i>et al.</i> (2012).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após apresentação das variáveis selecionadas para o estudo e a respectiva forma de operacionalização, faz-se necessário discorrer sobre os procedimentos de coleta e análise dos dados.

3.2 Coleta e análise dos dados

Utilizou-se o sítio da BM&FBovespa para pesquisar as empresas que estavam listadas de acordo com o seu nível de governança corporativa. Após ter coletado os nomes das 442 empresas que estavam listadas nos seus respectivos níveis, verificou-se quais delas possuíam comitê de auditoria.

Os dados relacionados às características do comitê de auditoria foram coletados no sítio da BM&FBovespa, mais especificamente no Formulário de Referência, subseção 12.7, que descreve a composição do comitês do conselho de administração. Neste formulário pesquisaram-se as informações relacionadas ao comitê de auditoria, especificamente ao tamanho, independência e *expertise*. Também foi utilizada a Seção 2 do Formulário de Referência, denominada Auditores Independentes, para coletar os dados referentes às firmas de auditoria independente. Os dados das variáveis da empresa auditada e da firma de auditoria foram coletados no *software* Economática®.

Todos os dados foram coletados e tabulados em planilha eletrônica no período de agosto a outubro e 2013. Para análise dos dados, utilizou-se da estatística descritiva e da análise fatorial por meio do *software* SPSS versão 21.0. O período de análise refere-se ao ano de 2012.

A estatística descritiva foi utilizada na análise das características do comitê de auditoria como forma de compreender o comportamento dos dados relacionados ao tamanho, independência e *expertise* do comitê de auditoria. Já a análise fatorial foi empregada para averiguar a relação das características do comitê de auditoria com o *audit delay*.

O principal diferencial da análise fatorial é que enquanto técnicas de dependência, como por exemplo, a regressão múltipla, intentam verificar variáveis independentes que explicam a variação de uma variável dependente, a técnica de interdependência é um pouco mais flexível diante disso. Na técnica de interdependência, como a análise fatorial, cada variável é explicada levando em consideração todas as outras (Bezerra, 2011).

Antes de ser analisado o comportamento das variáveis, é feita uma análise prévia para verificar se a matriz tem validade (significância) e se é viável prosseguir com a análise. Os testes, denominados por Bezerra (2011) e Fávero, Belfiore, Silva e Chan (2009) são também denominados de pressupostos para a análise fatorial, tratam-se dos testes de Esfericidade de Bartlett e o teste de KMO. Enquanto que o teste de esfericidade de Barlett avalia o percentual de significância de relação entre as variáveis, o teste KMO avalia o grau de correlação da amostra, sendo que quanto mais próximo de 1, significa que há maior relação entre as variáveis selecionadas (Fávero *et al.*, 2009).

Primeiramente é analisada a matriz de comunalidade das variáveis. Segundo Fávero *et al.* (2009, p. 240), “a comunalidade é um índice da variabilidade total explicada por todos os fatores para cada variável”. Bezerra (2011) comenta que a matriz de comunalidade representa quanto todos os fatores juntos explicam de uma variável.

Também é verificada a variância total explicada. Nesta análise é possível identificar o número de componentes ou fatores gerados pelo cálculo fatorial e o percentual de explicação que estes indicam (Bezerra, 2011).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização do comitê de auditoria

Inicialmente é realizada uma análise por meio da estatística descritiva no que concerne às características do comitê de auditoria, demonstradas na Tabela 4.

Tabela 4 – Características do comitê de auditoria das empresas no período de 2012

Características do comitê	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Moda	Desvio padrão
Tamanho	1,00	8,00	3,358	3,0000	3,00	1,1662
Independência	0,00	8,00	1,253	1,0000	0,00	1,414
<i>Expertise</i>	0,00	4,00	0,895	1,0000	0,00	0,9164

Fonte: Dados da pesquisa.

a)

Observa-se na Tabela 4 que o tamanho do comitê de auditoria varia entre empresas que possuem um membro no comitê até aquelas com oito membros, sendo que a mediana do tamanho do comitê é de três membros, da mesma forma que se apresenta na moda, indicando que a maioria das empresas constitui comitê com três membros. Kent *et al.* (2010) constataram que o tamanho do comitê de auditoria tem relação com a qualidade da informação contábil. A instrução CVM N^o 509/2011 recomenda que os comitês tenham no mínimo três membros. A PWC (2007) menciona que um comitê de auditoria deve ser composto conforme a necessidade da empresa, sendo que não pode ser tão expressivo a ponto de prejudicar a comunicação entre os membros; nem tão pequeno a ponto de inibir o desempenho das funções dos participantes com a qualidade requerida. Ao verificar a média e moda do tamanho das empresas, observa-se que a maioria das empresas possui comitê de auditoria com três membros, conforme recomendado pela CVM (2011).

A independência dos membros do comitê é recomendada por órgãos como IBGC (2009b) e CVM (2011). Klein (2002) observou que quanto maior o número de membros independentes presentes num comitê, melhor a qualidade da informação disponibilizada ao usuário. Ao analisar as empresas selecionadas, percebe-se que enquanto há empresas que não possuem membros independentes no comitê, existem aquelas que possuem até oito membros, com um desvio padrão de 1,414, indicando que a média de membros independentes nos comitês de auditoria analisados varia de 0 a 3 membros.

Ao analisar a *expertise* dos membros do comitê de auditoria percebe-se que a maioria das empresas não possui membro com *expertise* na composição do comitê, sendo que o máximo de membros com *expertise* corresponde a 4. Este resultado está em desacordo com as recomendações do IBGC (2009b), uma vez que este órgão recomenda que as empresas possuam comitês de auditoria com no mínimo 1 membro *expert*. O IBGC (2009b) considera como *expertise* membros com conhecimento na área de contabilidade, finanças e/ou auditoria.

4.2 Caracterização do *audit delay*

A caracterização do *audit delay* é realizada inicialmente por meio da estatística descritiva, observando-se de forma segregada por setor de atuação, como apresentada na Tabela 5.

Tabela 5 – Caracterização do *audit delay* por setor de atuação no período de 2012

<i>Audit Delay</i>	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
Bens industriais	49,00	82,00	64,33	63,50	55,00	13,08
Construção e transporte	57,00	87,00	74,80	75,00	75,00 ^a	9,66
Cosumo cíclico	35,00	86,00	58,50	56,50	35,00 ^a	21,27
Consumo não cíclico	36,00	87,00	66,41	67,00	36,00 ^a	15,14
Financeiros e outros	28,00	102,00	56,84	50,00	30,00 ^a	22,06
Materiais básicos	30,00	86,00	59,33	52,00	74,00	17,73
Petróleo, gás e biocombustível	34,00	85,00	57,25	55,00	55,00	20,98
Tecnologia da informação	24,00	73,00	49,33	51,00	24,00 ^a	24,54
Telecomunicação	35,00	56,00	44,50	43,50	35,00 ^a	10,60
Utilidade pública	36,00	143,00	80,20	81,00	78,00 ^a	27,65
TOTAL	24	143	64	64	55	21,50

a. Há várias modas. O menor valor é mostrado.

Fonte: Dados da pesquisa.

O *audit delay* é representado pelo número de dias que se estende da data de encerramento do exercício até a entrega do parecer de auditoria externa. Pereira (2011) comenta que quanto maior o *audit delay*, pior é para a empresa, pois isto é analisado sob a perspectiva de que a empresa está com problemas e por isso da demora da entrega do parecer pelos auditores. Com base na definição de Pereira (2011), este estudo também utiliza o conceito de que um *audit delay* “bom” é um *audit delay* pequeno, ou seja, com um menor tempo de entrega do parecer.

Na amostra selecionada, percebe-se que o menor *audit delay* se encontra no setor de Tecnologia da Informação, enquanto que o maior prazo está no setor de Utilidade Pública. Porém, ao cotejar os resultados apresentados na Tabela 1 com os que foram evidenciados na Tabela 6, percebe-se que apesar do setor Tecnologia de Informação apresentar melhor média, moda e mediana, o número de empresas que compõem este setor é restrito. Enquanto que o setor de Utilidade Pública é o segundo setor que possui maior quantidade de empresas listadas, perdendo apenas para o financeiro. Verifica-se então que o melhor resultado é apresentado pelo setor financeiro e Outros, onde está concentrada a maior quantidade de empresas listadas na BM&FBovespa com comitê de auditoria, e também é o setor que apresenta melhor moda, correspondente a 30 dias. Tal característica pode também estar relacionada às particularidades do setor e às expectativas do mercado quanto aos resultados auferidos pelas instituições financeiras.

Quanto ao *audit delay*, verificou-se que o menor prazo pertence ao setor de Tecnologia da Informação, com 24 dias, e o maior encontra-se no setor de Utilidade Pública. A média geral de atraso na entrega do parecer é de 64 dias com um desvio padrão de aproximadamente 21 dias, ou seja, 68% dos pareceres dos auditores independentes ficam em torno de 43 a 85 dias.

4.3 Análise da relação entre as características do comitê de auditoria e o *audit delay*

Para analisar as possíveis relações entre as características do comitê de auditoria e o *audit delay*, utilizou-se a análise fatorial. Para tanto, analisaram-se os pressupostos relacionados à análise fatorial, conforme explicitados Fávero *et al.* (2009) e Bezerra (2011).

Inicialmente verificou-se a comunalidade das variáveis por meio da matriz das comunalidades, que de acordo com Fávero *et al.* (2009) esta matriz apresenta se há relação ou não entre as variáveis. As comunalidades iniciais são iguais a 1 e após serem extraídas,

variam de 0 a 1, em que quanto mais próximo de 1, maior é a correlação existente. Bezerra (2011) menciona que para as variáveis serem consideradas de alta relação, o índice de extração deve ser maior que 0,7. Neste caso, as variáveis não apresentam o que os autores consideram uma correlação forte, porém variaram entre 0,5 e 0,6, sendo considerada como uma correlação moderada.

Após isso, verificou-se a variância total dos dados em que todas as quatro variáveis analisadas (tamanho, independência, *expertise* e *audit delay*) se agrupam em um fator (componente) que explicam 49,44% da variância. Se há apenas um componente, então pode-se inferir que todas as variáveis se relacionam entre si.

Em seguida, procedeu-se ao teste KMO das características do comitê de auditoria e *audit delay*, apresentando um resultado de 0,673, superior a 0,5 considerado adequado por Fávero *et al.* (2009) e Bezerra (2011). A significância também está adequada, sendo válida para aplicação das próximas análises. A Tabela 6 apresenta uma análise da relação entre as variáveis dos componentes.

Tabela 6 – Relação entre as características do comitê de auditoria e o *audit delay* no período de 2012

Matriz de componente ^a	
	Componente
	1
<i>Audit Delay</i>	-,345
Tamanho	,800
Independência	,757
<i>Expertise</i>	,804

Método de extração: Análise do Componente principal.
a. 1 componentes extraídos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da Tabela 6 verifica-se alta correlação entre as variáveis das características do comitê de auditoria, em que todas as variáveis referentes ao comitê de auditoria selecionadas para esta análise se agrupam em apenas um componente, apresentando relação entre si. A variável que representa o *audit delay* auferiu uma carga fatorial de moderada para fraca, entretanto, como pelo critério de Kaiser, este foi o único fator representativo e optou-se por permanecer com esta variável no fator. Verifica-se ainda que as variáveis Tamanho, Independência e *Expertise* do comitê de auditoria têm relação inversa com o *audit delay*, logo, à medida que as características do comitê de auditoria aumentam, o *audit delay* diminui.

Em relação ao tamanho do comitê de auditoria, a PWC (2007) recomenda que as empresas constituam comitês de auditoria de maneira que estes comportem um tamanho adequado às necessidades da mesma. O IBGC (2009b) menciona que não há uma quantidade definida para o tamanho do comitê de auditoria, entretanto, há recomendações para que este seja composto por no mínimo 3 membros.

Observa-se na Tabela 6 que o tamanho do comitê está relacionado de maneira inversa com o *audit delay*. Isto significa que, quanto maior a quantidade de membros que compõem o comitê de auditoria, menor será o *audit delay*. Este resultado corrobora com o encontrado por Yang e Krishnan (2005) ao evidenciarem que quanto maior o comitê de auditoria melhor a qualidade da informação contábil.

Quanto à independência dos membros do comitê, IBGC (2009b), PWC (2007) e CVM (2011) recomendam que a maioria dos membros seja independente. Hamda, Al-Hayale e Aboagela (2012) relacionaram o conservadorismo contábil com a qualidade da informação e mencionam que a independência do comitê de auditoria está relacionada com a qualidade da

informação contábil e financeira. Abbott *et al.* (2000) investigaram a relação entre o comitê de auditoria com as fraudes financeiras e contábil nas empresas. Para os autores, quanto maior a independência do comitê, menores são as chances da empresa ser indiciada por fraude contábil.

Os resultados para a independência do comitê de auditoria indicam uma relação inversa entre a quantidade de membros independentes com o *audit delay*, ou seja, quanto maior o número de membros independentes existentes no comitê, menor será o prazo de entrega do parecer de auditoria.

A *expertise* dos membros é outra característica recomendada pelo IBGC (2009b). Pelo fato do comitê de auditoria ser destinado a tratar de assuntos específicos da área, o IBGC (2009b) menciona que os comitês devem ser compostos por membros com conhecimento em finanças, contabilidade ou auditoria. A PWC (2007) expõe que as empresas devem designar comitês com a maioria dos membros com conhecimento em finanças e com capacidade para analisar as demonstrações financeiras e relatórios contábeis.

Verifica-se na Tabela 6 que a característica *expertise* dos membros do comitê está relacionada de maneira oposta com o *audit delay*. Assim, quanto mais membros com conhecimento em contabilidade, finanças e auditoria no comitê de auditoria, menor será o prazo de entrega do parecer da auditoria externa.

Pereira (2011) menciona em sua pesquisa que o *audit delay* está relacionado com a qualidade da informação, sendo que quanto menor o prazo na entrega do parecer, melhores são as demonstrações contábeis apresentadas. Neste caso, pressupõe-se então que, quanto melhor as características do comitê de auditoria, menor o *audit delay*.

Diante do exposto observa-se no estudo que os resultados corroboram com a literatura, uma vez que boas práticas de governança atreladas às características do comitê de auditoria melhoram a qualidade da informação contábil, observados por um menor *audit delay*.

De forma complementar, busca-se verificar a relação das características da empresa auditada e da firma de auditoria com o *audit delay* com o intuito de ratificar os achados com as características do comitê de auditoria.

4.4 Análise da relação entre as características da empresa auditada e da firma de auditoria com o *audit delay*

Adicionalmente é analisada a relação das características da empresa auditada (tamanho, nível de governança corporativa e endividamento) com o *audit delay*, e a respectiva relação das características da firma de auditoria (tamanho e honorários de auditoria) com o *audit delay*.

Inicialmente verificou-se o atendimento aos pressupostos da análise fatorial, em específico a comunalidade das variáveis em que todas as características da empresa de auditoria (tamanho, nível de governança corporativa e endividamento) e da firma de auditoria (tamanho da firma e honorários) utilizadas na pesquisa possuem grau de explicação considerável quanto à explicação na variância dos dados iniciais, portanto, nenhuma destas variáveis foram excluídas da análise fatorial.

Após verificou-se a variância total das variáveis em que para este conjunto de variáveis assume 3 componentes que juntas explicam 78,8% da variância dos dados iniciais. Por fim, efetuou-se o teste KMO que se apresentou acima de 0,5 e significativo conforme o teste de esfericidade de Bartlett. Para a análise ter validade, Bezerra (2011) menciona que o teste KMO deve apresentar índice superior a 0,5 e a significância ser inferior a 0,05. O

resultado do teste demonstra relação entre as características da empresa auditada, da firma de auditoria e do *audit delay*.

Após analisados os pressupostos relacionados às características da empresa auditada e da firma de auditoria, tem-se em seguida a análise fatorial, demonstrada na Tabela 7.

Tabela 7 – Relação entre as características da empresa auditada e da firma de auditoria com o *audit delay* no período de 2012

Matriz de componente rotativa ^a			
	Componente		
	1	2	3
Audit Delay	,021	,063	,974
Tamanho da empresa auditada	,928	-,216	,022
Nível de Governança Corporativa	-,182	,783	,050
Endividamento	,874	-,149	,267
Tamanho da firma de auditoria	,058	,768	,003
Honorários do auditoria	,812	,204	-,265

Método de extração: Análise do Componente principal.

Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser.

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise fatorial apresentou 3 componentes, compostos da seguinte maneira: Fator 1, Tamanho da empresa auditada, Endividamento da empresa e honorários de auditoria; Fator 2, Nível de governança corporativa e Tamanho da firma de auditoria; Fator 3, *audit delay*.

Ao analisar o Fator 1, identifica-se que o conjunto das variáveis (Tamanho da empresa auditada, Endividamento da empresa auditada e Honorários de auditoria) está relacionado de maneira positiva com o *audit delay*. No Fator 2, o Nível de governança corporativa da empresa auditada e o Tamanho da firma de auditoria também estão relacionados positivamente com o *audit delay*. Todavia, percebe-se que tanto as variáveis que compõem o Fator 1 quanto as variáveis que compõem o Fator 2 não possuem relação forte com o *audit delay*.

Oladipupo (2011) encontrou nos resultados da sua pesquisa relação entre o tamanho da empresa, endividamento, patrimônio líquido, rentabilidade, honorários de auditoria e a classificação setorial com o *audit delay*. Al-Ajmi (2008) encontra em seu trabalho que há uma relação entre o *audit delay* com o tamanho, rentabilidade e alavancagem da empresa auditada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi verificar a relação entre as características do comitê de auditoria (tamanho, independência e *expertise*) e o *audit delay*. Para tanto, compuseram a amostra 95 empresas listadas na BM&FBovespa que possuem comitê de auditoria no período de 2012. Os resultados mostraram que os comitês de auditoria possuem uma variação de 1 a 8 membros, com média de três, convergindo com o que é preconizado pela CVM. No quesito independência, destaca-se a existência de empresas que não possuem membros independentes nos comitês de auditoria, bem como a *expertise* recomendada pelas boas práticas de governança corporativa.

Quanto ao *audit delay* verificou-se que o menor prazo pertence ao setor de Tecnologia da Informação com 24 dias e o maior, encontra-se no setor de Utilidade Pública. A média geral de atraso na entrega do parecer é de 64 dias com um desvio padrão de aproximadamente 21 dias, ou seja, a média de atraso na emissão do parecer dos auditores independentes fica em

torno de 43 a 85 dias, o que caracteriza a heterogeneidade das empresas brasileiras referente a apresentação e publicação das demonstrações financeiras auditadas.

Constatou-se a existência de relação entre as características do comitê de auditoria e o *audit delay*. Esta relação mostrou-se inversa, ou seja, quanto maior o comitê de auditoria e quanto mais membros independentes e com conhecimento em finanças, contabilidade e auditoria ele apresentar, menor será o prazo de entrega do parecer de auditoria independente. De forma complementar, observou-se que as características da empresa auditada (tamanho, nível de governança corporativa e endividamento) e da firma de auditoria (tamanho e honorários de auditoria) não possuem uma relação forte com o *audit delay*, embora tal relação se mostre positiva.

Assim, conclui-se com base nos resultados da pesquisa que as características do comitê de auditoria apresentam relação com o *audit delay*. Uma implicação do nosso estudo é que os reguladores e investidores poderão incentivar a constituição de comitês de auditoria nas empresas listadas no mercado acionário brasileiro, exigindo uma composição adequada quanto ao número de membros independentes e com a *expertise* requerida pelas boas práticas de governança corporativa. Além disso, os resultados evidenciam a importância do fortalecimento dos controles internos e maior investimento em auditoria interna, conforme destacado por Wan-Hussin e Bamahros (2013).

Não foi possível encontrar uma clara relação entre as características da empresa auditada e da firma de auditoria com o *audit delay*. Além disso, a heterogeneidade dos prazos da emissão do parecer de auditoria nas empresas brasileiras instiga a amplificação de pesquisas. Estudos futuros podem considerar como alguns aspectos organizacionais, culturais e até mesmo comportamentais influenciam no atraso da emissão de auditoria.

Entretanto, os resultados não podem ser generalizados, ou seja, restringem-se à população investigada. Destaca-se como limitação da pesquisa, o único período analisado e a quantidade de empresas investigadas, o que impossibilitou ampliar as alternativas de análise dos dados. Desta forma, sugere-se a realização de uma análise longitudinal, a partir de 2010, período em que foram disponibilizadas as informações testadas no formulário de referência. Ao encontrar um maior número de informações (observações) com uma análise longitudinal, verificar a possibilidade de outras técnicas estatísticas com o propósito de ratificar ou retificar estes achados. Além disso, sugerem-se estudos adicionais para compreender porque a maior parte das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA não possui comitê de auditoria. E investigar os motivos do não cumprimento dos quesitos de independência e *expertise* por parte de algumas organizações. Também são necessários outros estudos para confirmar se as características das empresas auditadas (tamanho, nível de governança corporativa e endividamento) e das firmas de auditorias (tamanho e honorários de auditoria) influenciam no *audit delay*.

REFERÊNCIAS

Abbott, L. J., Park, Y., & Parker, S. (2000). The effects of audit committee activity and independence on corporate fraud. *Managerial Finance*, 26 (11), 55- 67.

Afify, H. A. E. (2009). Determinants of audit report lag: Does implementing corporate governance have any impact? Empirical evidence from Egypt. *Journal Of Applied Accounting Research*, 10(1), 56-86.

- Al-Ajmi, J. (2008). Audit and reporting delays: Evidence from an emerging market. *Advances In Accounting, Incorporating Advances In International Accounting*, 24(1), 217-226.
- Alkhatib, K., & Marji, Q. (2012) Audit Reports Timeliness: Empirical Evidence from Jordan. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 62, 1342-1349.
- Apadore, K., & Noor, M. M. (2013). Determinants of Audit Report Lag and Corporate Governance in Malaysia. *International Journal Of Business And Management*, Malaysia, 151-163. 12 jul.
- Ashton, R. H., Willingham, J. J., & Elliott, R. K. (1987). An empirical analysis of audit delay. *Journal of Accounting Research*. 25. Autumn, 275-292.
- Bezerra, F. A. (2011) Análise Fatorial. In: *Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia*. São Paulo: Atlas.
- Blue Ribbon Committee (1999). *Reporting and recommendations of the Blue Ribbon Committee on improving the effectiveness of corporate audit committee*. New York: New York Exchange and National Association of Securities Dealers
- Bronson, S. N., Carcello, J. V., Hollingsworth, C. W., & Neal, T. L. (2009). Are fully independent audit committees really necessary? *Journal of Accounting and Public Policy*. 28(4), 265-280.
- Camargo, R. V. W. (2012). *Determinantes dos pareceres dos auditores independentes emitidos às companhias negociadas na BM&FBOVESPA*. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Camargo, R. V. W., Pepinelli, R. C. C., Dutra, M. H., & Alberton, L. (2012). *Determinantes dos pareceres dos auditores independentes emitidos às companhias negociadas na BM&FBovespa*. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12., 2012, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA-USP
- Carcello, J. V., Hollingsworth, C. W., & Neal, T. L. (2006). Audit Committee Financial Experts: A Closer Examination Using Firm Designations. *Accounting Horizons*, 20(4), 351-373.
- Comissão de Valores Mobiliários. (2011). *Instrução CVM nº509*, de 16 de novembro de 2011. Acrescenta artigos à Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, e altera artigos e Anexos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, Rio de Janeiro.
- Deloitte, C. G. C. (2013). *Guia prático para os Comitês de Auditoria das empresas brasileiras Da visão à operação*. Reino Unido: Deloitte.
- DeAngelo, L.E. (1981) Auditor independence, low balling and disclosure regulation. *Journal of Accounting and economic*, 3(2), 113-127.

Defond, M. L., Hann, R. N., & Hu, X. (2008). Does the Market Value Financial Expertise on Audit Committees of Boards of Directors? *Corporate Governance: An International Review*, 16(5), 416-429.

DeZoort F.T., & Salterio S. (2001) The effects of Corporate Governance Experience and Financial Reporting and Audit Knowledge of Audit Committee Members' Judgements. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 20 (September), 31-47.

DeZoort, F. T., Hermanson, D. R., Archambeault, D., & Reed, S. (2002). Audit committee reffectiveness: A synthesis of the empirical audit committee literature. *Journal of Accounting Literature* 21: 38-75.

Goodwin, J. (2003) The relationship between the audit committee and the internal audit function: evidence from Australia and New Zealand. *International Journal of Auditing*, 7(3), 263-278.

Habib, A.; Bhuiyan, M.B.U. (2011). Audit firm industry specialization and the audit report lag. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*. 20(1), 32-44.

Hamdan, A. M. M., Al-Hayale, T. H., & Aboagela, E. M. (2012). *The Impact of Audit Committee Characteristics on Accounting Conservatism: Additional Evidence from Jordan*. J. King Saud Univ, Riyadh, v. 24, n. 1, p.1-15.

Hope, O., & Langli, J. C. (2010). Auditor Independence In A Private Firm And Low Litigation Risk Setting. *The Accounting Review*, 85(2), 573-605.

Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. L., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Hossain, M. A., & Taylor, P. J. (1998). *An examination of audit delay: evidence from Pakistan*. Fls 25. Draft- February.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2009a). *Código das melhores práticas de governança corporativa*, (4a ed). São Paulo.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2009b). *Guia de orientações para melhores práticas de comitês de auditoria*. (7a ed). São Paulo.

Ika, S. R; Ghazali, N. A. M. (2012) Audit committee effectiveness and timeliness of reporting: Indonesian evidence. *Managerial Auditing Journal*, 27(4), 403-424.

Ireland, J. C. (2003) An empirical investigation of determinants of audit reports in the UK. *Journal of Business Finance and Accounting*, 30(708), 975-1015.

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of firm: managerial behavior, agency cost, and Ownership Structures. *Journal of Financial Economics*. 3(4), 303-431.

Kent, P., Routledge, J., & Stewar, J. (2010). Innate and discretionary accruals quality and corporate governance. *Accounting and Finance*, 50, 171-195.

- Klein, A. (2002). Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, New York, 33(3), 375-400.
- Krishnan, J. (2005) Audit Committee quality and internal control: an empirical analysis. *The Accounting Review*, 80(2), 649-675.
- Krishnan, J., & Yang, J. S. (2009). Recent trends in audit report and earnings announcements lags. *Accounting Horizons*, 23(3), 265-288. DOI: 10.2308/acch.2009.23.3.265.
- Lai, K., & Cheuk, L. M. C. (2005). *Audit Report Lag, Audit Partner Rotation and Audit Firm Rotation: Evidence from Australia*. November.
- Leventis, S.; Caramanis, C. (2005) Determinants of audit time as a proxy of quality. *Managerial Auditing Journal*. 20(5), 460-478.
- Lopes, A. B., & Walker, M. (2008). *Firm-level incentives and the informativeness of accounting reports: an experiment in Brazil*. Working Paper.
- Mande, V.; & Son, M. (2011). Do audit delays affect client retention? *Managerial Auditing Journal*, 26(1), 32–50.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2007) Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas.
- McDaniel, C. M., Kartiko, S., Khan, C. M., Duede, B., & McLean, J. R. (2002). *Characterization and localization of suppressors affecting Segregation Distorter in Drosophila melanogaster*. A. Dros. Res. Conf. 43 : 637A.
- Mohamad-Nor, M.N.; Rohami, S.; & Wan-Hussin, W.N. (2010). Corporate governance and audit report lag in Malaysia. *Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance*. 6(2), 57–84.
- Munsif, V.; Raghunandan, K.; & Rama, D.V.(2012). Internal control reporting and audit report lags: Further evidence. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 31(3), 203–218.
- Nazri, S., Smith, M., & Ismail, Z. (2012). The impact of ethnicity on auditor choice: Malaysian evidence. *Asian Review of Accounting*, 20(3), 198-221, United Kingdom.
- Oladipupo, A. O. (2011). *Impact Of Corporate International Linkage On The Incidence Of Audit Delay In Nigeria*. Jorind, International Standard Serial Number, pp.231-237, junho.
- Pereira, A. N. (2011). *Determinantes Do Atraso Em Auditoria Externa (Audit Delay) Em Companhias Brasileiras*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE, Vitória.
- Pereira, A. N., & Costa, F. M. (2012). *Determinantes do atraso de auditoria externa (Audit Delay) em companhias brasileiras*. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), 36., Rio de Janeiro (RJ). Anais... Rio de Janeiro: ANPAD.

PriceWaterHouseCoopers - Brasil. (2007). *Comitês de auditoria no Brasil: Melhores práticas de governança corporativa, o desafio continua*. Brasil: Pwc.

Souza, P. C. S. S. *Práticas do comitê de auditoria: evidências de empresas brasileiras*. (2010). Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Tang, X.; DU, J; HOU, Q. (2013) The effectiveness of the mandatory disclosure of independent directors' opinions: empirical evidence from China. *Journal of Accounting and Public Policy*, 32(3), 89-125, may/jun.

Teixeira, S. C. (2010). *A relação entre a adoção de práticas recomendadas de governança corporativa e o nível de evidenciação*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Atuária) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Viana, E. (2009). *A governança corporativa no setor público municipal – um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais*. Dissertação (Mestrado em Ciências) – PPGCC – FEA Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

Vlaminck, N., & Sarens, G. (2012). *The relationship between audit committee characteristics and financial statement quality: evidence from Belgium*. In: European Accounting Association, Annual Congress, 35, Ljubljana.

Wan-Hussin, W.N.; & Bamahros, H.M. (2013). Do investment in and the sourcing arrangement of the internal audit function affect audit delay? *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 9(3), 19-32.

Xie, B., Davidson, W., & Dadalt, P. (2003). Earnings management and corporate governance: the roles of the board and the audit committee. *Journal of Corporate Finance*, 9, 295-316.

Yang, J., & Krishnan, J. (2005). Audit committees and quarterly earnings management. *International Journal of Auditing*, 9(3), 201-219.

Zhang, Y., Zhou, J., & Zhou, N. (2007). Audit committee quality, auditor independence, and internal control weaknesses. *Journal of Accounting and Public Policy*, 26(3), 300-327.